



Third Internacional Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



Reflections on Urban Agriculture in Contemporaneity

Reflexões acerca da Agricultura Urbana na Contemporaneidade

Ana Clara Aparecida Alves de Souza¹, Fernando Dias Lopes²

¹ *Doutoranda em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), email: clara.ufc@gmail.com*

² *Professor Associado II da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), email: fernando.lopes@ufrgs.br*

Abstract

From the consideration of the complexity present in the constitution of cities, it is understood that there are many factors of contradiction and dispute in the urban space, due to the various interests to be reconciled. Among these elements of contradiction, the focus of this discussion focuses on urban agriculture movements. Urban agriculture is a movement that seeks to meet demands arising from contradictions of the city, such as the rapprochement with food cultivation, the consumption of healthier foods, the rapprochement and integration of the community, the revitalization of abandoned spaces, between others. On the other hand, it is also a movement that reinforces contradictions, given that the occupation of urban space is a constant source of conflicts, among which, for example, the notion of the right to the city. In this sense, it is understood that, although the contradictions are inherent in urban agriculture movements, their constitution contributes to the thinking of cities and the approximations between different urban groups. Thus, this theoretical essay presents a reflection centered on two perspectives on urban agriculture, a more enthusiastic one, that recognizes the benefits of practice for health, for the environment, for the groups and communities involved and, another more critical perspective, which stresses underlying characteristics of practice such as: reinforcing certain neoliberal practices and confirming patterns of exclusion, although it may also recognize benefits. It is believed in the relevance of the discussion to think means of conciliation of these contradictions from the practice of urban agriculture.

Keywords: Urban Agriculture; City; Contradictions; Conciliations.

Resumo

A partir da consideração a respeito da complexidade presente na constituição das cidades, compreende-se que são muitos os fatores de contradição e disputa no espaço urbano, por conta dos diversos interesses a serem conciliados. Dentre esses elementos de contradição, o foco desta discussão centra-se em movimentos de agricultura urbana. A agricultura urbana se configura como um movimento que busca atender demandas oriundas de contradições da cidade, tais como a reaproximação com o cultivo de alimentos, o consumo de alimentos mais saudáveis, a reaproximação e a integração da comunidade, a revitalização de espaços abandonados, entre outros. Em contrapartida, é um movimento também apontado como reforçador de contradições, dado que a ocupação do espaço urbano é fonte constante de conflitos, dentre esses está, por exemplo, a noção de direito à cidade. Nesse sentido, compreende-se que, embora as contradições sejam inerentes aos movimentos de agricultura urbana, a sua constituição contribui para pensar as cidades e as aproximações entre diversos grupos urbanos. Dessa forma, este ensaio teórico apresenta uma reflexão centrada em duas perspectivas sobre a agricultura urbana, uma mais entusiasta, que reconhece os benefícios da prática para a saúde, para o meio ambiente, para os grupos e comunidades envolvidas e, outra perspectiva mais crítica, que destaca caracteres subjacentes à prática, tais como: o reforço a determinadas práticas neoliberais e a confirmação de padrões de exclusão, embora possa reconhecer também benefícios. Acredita-se na relevância da discussão para pensar meios de conciliação dessas contradições a partir da prática da agricultura urbana.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Cidade; Contradições; Conciliações.



Third Internacional Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



1. INTRODUÇÃO

A constituição das cidades contemporâneas incide em uma miscelânea de processos decorrentes de diferentes momentos históricos. Desde a mobilização ocorrida pelas trocas na antiguidade, até a chegada da industrialização e seus consequentes resultados para o espaço urbano e para as relações nele estabelecidas. Embora sejam consideradas as particularidades de cada cidade, pode-se perceber também, dados os efeitos da industrialização, da globalização e de práticas políticas, o estabelecimento de padrões recorrentes pelo mundo (MARICATO, 2009; BRITES, 2017).

Compreende-se a cidade também como sendo o próprio indivíduo que nela habita (LEFEBVRE, 2001). Decorre daí uma pluralidade de interesses semelhantes ou conflitantes que irão fundamentar as práticas que se desdobrarão nos padrões urbanos.

A partir da consideração a respeito da complexidade presente na constituição das cidades, compreende-se que são muitos os fatores de contradição e disputa no espaço urbano, por conta dos diversos interesses a serem conciliados. Dentre esses elementos de contradição, esta discussão centra-se em movimentos de agricultura urbana.

A agricultura urbana se configura como um movimento que busca atender demandas oriundas de contradições da cidade (McCLINTOCK, 2014; 2018), em contrapartida, é um movimento também apontado como reforçador de contradições, dado que a ocupação do espaço urbano é fonte constante de conflitos (McCLINTOCK, 2014; SBICCA, 2014; McCLINTOCK, MIEWALD e McCANN, 2017).

Nesse sentido, compreende-se aqui que, embora as contradições sejam inerentes a esses movimentos de agricultura urbana, a sua constituição contribui também para pensar as cidades e promover determinadas aproximações entre grupos envolvidos que, na ausência dessa ocupação, talvez não fossem possíveis, tais como os agricultores urbanos e pessoas em situação de rua que circulam próximo a terrenos cultivados.

2. PENSAR A CIDADE COMO ALICERCE DA AGRICULTURA URBANA (AU)

Tratar da atual projeção do fenômeno da agricultura urbana demanda uma reflexão prévia a respeito do elemento no qual os movimentos se alicerçam, a saber, aquilo que se compreende historicamente como cidade, para além da questão monumental.

A lógica do urbanismo neoliberal é a lógica do mercado, nesse sentido, a planificação urbana é ajustada aos interesses e às funcionalidades do capital privado. Assim, de acordo com



Third International Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



a lógica do paradigma neoliberal do Estado mínimo no qual são reduzidos os papéis de regulador e provedor de bens e serviços, ocorre que a planificação urbana torna-se centrada no mercado (mercado-cêntrica), como sustenta Brites (2017).

Fundamentalmente, a construção do neoliberalismo tem três pilares: o enaltecimento de uma economia de mercado livre, considerando essa a única moeda legítima da interação social; a desregulamentação concomitante (embora parcial) de algumas das funções do Estado bem como a renúncia do Estado ao projeto keynesiano de assistência social e apoio à reprodução social; e a “santificação” da propriedade privada, aliada à progressiva privatização dos recursos sociais. Tudo isso ligado à ideia de “financeirização da vida cotidiana” (SMITH, 2009).

Pode-se considerar que as práticas cotidianas do espaço tecem as contradições determinantes da vida social (CERTEAU, 1998). Um emaranhado de questões imbricadas na concepção de cidade deve condicionar a reflexão acerca da produção do espaço urbano para além da paisagem física constantemente alterada. Nesse sentido, para além da fisiografia da cidade, é necessário analisar outras dimensões envolvidas na urbanização (FREIRE, 2010).

Na nova economia de mercado capitalista, conforme Lefebvre (1972), algo diferente, que ultrapassa a cidade, é gerado: a indústria, a propriedade de bens móveis e o Estado. O mercado urbano se amplia para a escala mundial. Uma vez que a urbanização depende da mobilização do excedente, há uma conexão interna entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2008).

Os processos de renovação urbana e deslocamento não são exclusivos em grandes cidades ou metrópoles, mas também presentes em cidades de porte médio, independente da sua fundação (BRITES, 2017). No mundo atual, os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direitos que se podem pensar, inclusive o direito à cidade, que deve ser também um direito coletivo (HARVEY, 2008).

Lefebvre (2001, p. 62) propõe como uma primeira definição de cidade como sendo “projeção da sociedade sobre um local”, não apenas no local físico, cidade, mas também na esfera do pensamento, o urbano. O direito à cidade relaciona-se ao direito à vida urbana, na condição de um humanismo e de uma democracia renovados.

A busca de alternativas para a mudança de gestão nas cidades passa não apenas por vontade, mas por condições objetivas que permitam movimentos efetivos e amplos. É necessário pensar a cidade para além dos espaços individuais ou, no máximo, de sociabilidade



Third International Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



dos grupos mais próximos. São necessárias formas de solidariedade para o diálogo e para a convivência com as diferenças (JACOBI, 1986).

Para Brites (2017), na última década houve uma maior re-mercantilização do espaço urbano, devido ao fato de que a legislação urbana está acompanhando a lógica do mercado imobiliário. Três ideias são trazidas pelo autor sobre o encadeamento do neoliberalismo na dimensão urbana da vida social: o neoliberalismo ampliou as diferenciações sociais; tal diferenciação é derivada de uma diferenciação territorial e espacial; e esse novo ordenamento se fundamenta em novos programas de planificação, renovação urbana, gentrificação, expulsão de pobres para áreas de risco, entre outros.

Como destaca Lefèbvre (2001), as transformações da cidade não são resultados passivos de uma globalidade parcial, mas dependem também das relações estabelecidas entre pessoas e grupos sociais, suas metamorfoses originam-se nessas relações.

3. A AGRICULTURA URBANA COMO PRÁTICA DESAFIADORA E MULTIFACETADA

Considerando as características inerentes à cidade neoliberal, como destacado, duas perspectivas relacionais sobre a relevância da agricultura urbana serão ressaltadas nesta pesquisa. Uma perspectiva que vê a agricultura urbana como uma alternativa fundamental – no sentido complementar e não necessariamente substitutiva à lógica industrial de produção de alimentos que se tornou convencional – e outra que percebe a agricultura urbana coletiva e comunitárias nas cidades como problemática, dependendo de como ela se engendra..

Vale ressaltar que tratar sobre os benefícios ou deficiências da AU pode levar a uma perspectiva dicotômica, entretanto, considera-se que tais elementos coexistem relacionalmente como motivações e formas da agricultura urbana (McCLINTOCK, 2014; McCLINTOCK, MIEWALD e McCANN, 2017). As contradições presentes na agricultura urbana não são apenas inerentes a esse movimento de forma isolada, pois tais iniciativas operam, como destacam McClintock, Miewald e McCann (2017), em tensões contraditórias mais amplas do "desenvolvimento desigual" da cidade. Nesse sentido é que os movimentos de AU acabam por ter essa dupla configuração, de reprodução e contestação da urbanização capitalista (McCLINTOCK, 2014; SBICCA, 2014).



3.1 Perspectivas entusiastas da Agricultura Urbana

O interesse e entusiasmo pela agricultura em comunidades urbanas, setor sem fins lucrativos e instituições governamentais, cresceu exponencialmente na última década. (McIVOR; HALE, 2015).

As práticas de agricultura urbana são positivas porque as pessoas se unem em comunidades de interesse mútuo para entender e administrar a complexa tarefa de construir e manter seus jardins. Essa integração pela tarefa exige um esforço coletivo que engendra relações sociais como cooperação, solidariedade e respeito mútuo pelo espaço de outros, embora, naturalmente, também destaque as diferenças. Além disso, a prática tem um potencial significativo para trabalhar contra a alienação de pessoas - do trabalho, de outras pessoas, dos alimentos, dos processos ecológicos e do espaço urbano - e, muitas vezes, oferece às pessoas a oportunidade de reapropriação da produção de alimentos, das ecologias urbanas e do espaço urbano (PURCELL; TYMAN, 2014).

Na perspectiva defendida por Purcell e Tyman (2014), o cultivo de alimentos na cidade tem o potencial de desafiar regimes dominantes que estruturam como o espaço urbano é produzido e usado. Nesse sentido, cultivar a terra urbana muitas vezes enfatiza e desenvolve valores sociais e ecológicos em vez de lógicas de mercado e pode gerar laços de solidariedade, relações de reciprocidade e redes de autossuficiência entre os habitantes urbanos.

A agricultura urbana pode ser compreendida, ainda, como um movimento rico, diverso e multifuncional. Quando os contextos específicos da cidade são considerados, as diferenças no desenvolvimento da agricultura urbana em diferentes cidades podem ser melhor compreendidas, levando a uma governança mais ampla e adequada dessa prática (PROVÉ; DESSEIN; KROM, 2016).

Tradicionalmente, os padrões de urbanização e industrialização levaram a uma segregação espacial da agricultura e da cidade. As várias formas de inovação são de particular importância porque a agricultura urbana está adaptada a desafios e oportunidades urbanas específicas. A inovação, nesse sentido, ocorre continuamente, explorando as múltiplas funções da agricultura urbana, incluindo a segurança alimentar, a geração de renda e a gestão ambiental (VAN DER SCHANS; RENTNG; VEENHUIZEN, 2014).

São duas as motivações principais que exigem uma análise "espacial" e eminentemente urbana do cultivo de alimentos. A primeira delas diz respeito ao interesse no processo contínuo



Third International Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



de criação de lugares e o papel que a agricultura urbana desempenha nessa trajetória histórica e o potencial que ela representa para uma “reterorização” radical e reorganização das funções urbanas. A segunda motivação se refere, de uma maneira mais ampla, à relação entre a manutenção do *status quo* das cidades neoliberais e a geopolítica dos alimentos. Nesse sentido, considerando o ritmo e a escala em que a segurança alimentar urbana está resultando em captação de terras (dadas as devidas equivalências contextuais), o papel da AU como uma escala alternativa, ou pelo menos como uma escolha ética de abastecimento, torna-se cada vez mais relevante (SBICCA, 2014).

No sentido de avaliar as potencialidades que as práticas agrícolas urbanas representam, é preciso ultrapassar tanto a cultura anti-urbana ainda prevalente no campo ambiental, como a ideia de que as atividades agrícolas nas cidades são apenas resquícios de atividades rurais, que estão em vias de serem destruídas pelo avanço da urbanização. É necessário considerar que as práticas de agricultura são e devem ser parte do espaço urbano. Entretanto, essa ressignificação requer uma mudança cultural e epistemológica mais abrangente, tanto nas formas de análise dos resultados das pesquisas nessas áreas, quanto no arcabouço teórico-conceitual disponível para lidar com elas (COSTA; ALMEIDA, 2012).

A agricultura urbana é parte da dinâmica que envolve a realocação do sistema alimentar e está brotando nos espaços vazios das paisagens pós-industriais em todo o mundo industrializado (McCLINTOCK (2014).

3.2 Perspectivas críticas da Agricultura Urbana

Cientistas sociais críticos argumentam, cada vez mais, que os programas de agricultura urbana, ao buscarem preencher os vazios sociais, subscrevem à neoliberalização.

A agricultura urbana se apresenta como uma estratégia *soft* de reforço ao neoliberalismo, ao envolver a sociedade civil na governança urbana. A nova atenção ao voluntariado em jardins comunitários é uma manifestação disso, a terceirização de responsabilidades de serviços públicos e infra-estrutura (ROSOL, 2012). Para essa autora, o exemplo do cultivo comunitário é ilustrativo devido às suas características ambivalentes e complexas, tanto pelas características das bases, como pela produção de um serviço público.

Embora a agricultura urbana venha alcançando mais espaço e maior visibilidade, para Tornaghi (2017), continua sendo uma prática residual, marginal e intersticial, repleta de contradições e perturbada por restrições. Para a autora, enquanto um número crescente de



Third Internacional Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



estudiosos (incluindo ela própria) procuram as promessas da AU de divulgar a justiça alimentar, a residualidade e a precariedade da grande maioria dos projetos, mostra que eles continuam sendo uma resposta inadequada para as falhas e injustiças dos ambientes urbanos neoliberais e o mercado de alimentos. A autora defende que a estratégia para uma política de engajamento consiste em impulsionar a capacidade do movimento de alimentos urbanos para análise crítica e auto-reflexividade, permitindo visões mais abrangentes que ligam fenômenos aparentemente dispares como gerenciamento de resíduos urbanos, práticas de compartilhamento de colheitas ou acesso à água e à terra.

Tais visões mais abrangentes poderiam levar a novas reconfigurações de alianças entre as lutas sociais em diferentes esferas, unidas por uma crítica agonista, pautada em cinco críticas proclamadas ao urbanismo neoliberal: desafiar a estética, as lógicas e os mecanismos de reprodução dos ambientes tradicionais, exigindo um urbanismo radicalmente alternativo centrado na educação e produção alimentar e sustentado no direito das pessoas à cidade; desafiar a economia de mercado dominante que não conseguiu fornecer comida para todos; desafiar a rígida divisão espacial do trabalho entre o "urbano" e o "rural"; desafiar a eficácia do sistema educacional a capacitar novas gerações para lidar com as habilidades básicas para sua própria sobrevivência; desafiar a gestão neoliberal dos serviços coletivos básicos. A mudança deve começar a partir da experiência diária do espaço urbano, e pode ser dotada dos recursos disponíveis onde estamos. O desafio fundamental é pensar para qual tipo de revolução urbana verde as populações estão preparadas (TORNAGHI, 2017).

Ao mesmo tempo em que diversas modalidades de práticas da AU vêm crescendo, McClintock, Miewald e McCann (2017) destacam que ativistas questionam a quem realmente essas práticas estão servindo e por quem estão sendo orquestradas, as preocupações são sobre possíveis efeitos gentrificadores. Em resposta a essa perspectiva, há defensores da AU que expandem suas práticas para lutas em busca de justiça social, elaboração de políticas e equidade. Nesse sentido, os autores apontam que a agricultura urbana se tornou, ao mesmo tempo, como espaço chave de contestação política sobre a sustentabilidade urbana, um motor e uma reação às transformações urbanas neoliberais em curso. Tornaghi (2017) corrobora ao afirmar que até mesmo os projetos que articulam, declaradamente, uma política de justiça alimentar, reconhecem que os limites da neoliberalização são difíceis de serem superados.



Third Internacional Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



O objetivo de McClintock, Miewald e McCann (2017) é problematizar a celebração muitas vezes não crítica da AU, destacando espaços de conflito nesse movimento crescente e, ao mesmo tempo, enfatizar os benefícios sociais, de saúde e ambientais da produção de alimentos nas cidades e zonas peri-urbanas.

Para Sbicca (2014), as práticas agrícolas urbanas estão sendo retratadas como benevolentes e não problemáticas, com o potencial de resolver parcialmente os problemas associados à qualidade e à acessibilidade dos alimentos, reduzir as pegadas ecológicas, aumentar a coesão da comunidade, conseguir maior resiliência da comunidade e promover a sustentabilidade urbana.

Mougeot (1999) defende o esforço necessário para levar a agricultura urbana a uma maturidade conceitual. Para isso, o autor destaca a relevância de se buscar maior coerência interna e funcionalidade externa, no sentido de transformar essa prática em uma ferramenta distinta e útil de intervenção. Nas principais características de definições da AU geralmente minimiza-se um traço crítico que torna esse tipo de agricultura diferente e complementar da agricultura rural nos sistemas alimentares locais, a saber, a sua integração no sistema econômico e ecológico urbano local. É a consideração dessa dimensão que reforçada e tornada operacional poderá fortalecer a utilidade da agricultura urbana enquanto conceito nas frentes científicas, tecnológicas e políticas.

Apesar de destacar as perspectivas críticas discutidas sobre as práticas de agricultura urbana em espaços comunitários, acredita-se também no seu potencial transformador e empoderador à medida em que oferece alternativas a setores menos privilegiados da sociedade, no sentido de engendrar laços comunitários e engajar-se no cultivo de alimentos e acesso não restrito pelo sistema alimentar convencional (CROSSAN *et al.*, 2016; CUMBERS *et al.*, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições são fundamentais à agricultura urbana de um modo geral e ao se concentrar em uma interpretação (perspectiva) ou outra se corre o risco de enfraquecer o potencial transformador da agricultura urbana. Conciliar as contradições internas da agricultura urbana pode ajudar a posicioná-la melhor dentro de esforços coordenados para a mudança estrutural, ou seja, ao invés de promover a agricultura nas cidades como um fim para si mesma, pensá-la como um dos muitos meios para uma finalidade maior (McCLINTOCK (2014).



Third Internacional Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



No crescente interesse pela agricultura urbana, embora essa não seja uma prática nova, novos propósitos estão sendo atribuídos devido ao seu alinhamento como resposta potencial às questões urbanas relacionadas a objetivos sustentáveis nas cidades.

No entanto, tratar a agricultura urbana como um fenômeno salvador, sem buscar compreender as complexidades subjacentes a essa prática leva, em muitos casos, a uma leitura simplista, descritiva e super entusiasta da prática. Nesse sentido, a busca por uma compreensão encadeada na tensão própria à vida social se apresenta mais instigante para esta pesquisa, dado que assim é possível atentar para inúmeras contradições que demandam soluções ao mesmo tempo em que se retroalimentam. Compreende-se que é por meio dessas contradições que se pode enxergar os benefícios da prática, bem como as suas tensões e entroncamentos.

A agricultura urbana é, nesse sentido, vista de formas diferentes a partir da complexidade das cidades. Há um reforço no seu mote sustentável, “esverdeante” e no seu potencial salvador da alimentação saudável; ao mesmo tempo em que há a exposição do seu reforço à lógica neoliberal de “empoderamento”, pela recuperação civil de áreas abandonadas pelo Estado e revitalização de áreas marginalizadas. Mas como conciliar essas contradições? Considerando o potencial social do movimento de agricultura urbana e, ao mesmo tempo, instigando a reflexão para além do superficialmente percebido e captado.

Não se deixa de reconhecer que há aspectos nas práticas de agricultura urbana comunitárias que se enquadram em agendas de governança urbana neoliberais, entretanto, deve haver um cuidado para que o neoliberalismo não seja tratado hegemonicamente, de maneira que não haja espaço para todas as alternativas e novas oportunidades políticas. Assim, categorizar todos os trabalhos voluntários na recuperação de lotes abandonados por meio da prática da agricultura urbana como forçados e neoliberais, omite diferenças, motivações e identidades articuladas por meio dessas conexões (CROSSAN *et al.*, 2016).

REFERÊNCIAS

- BRITES, W. F. La ciudad en la encrucijada neoliberal. Urbanismo mercado-céntrico y desigualdad socio-espacial en América Latina. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 9, n. 3, 573-586, 2017.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ. Editora Vozes: 1998.
- COSTA, H. S. M.; ALMEIDA, D. A. O. Agricultura Urbana: possibilidades de uma praxis espacial? **Cadernos de Estudos Culturais**. Campo Grande, MS, v. 4, n. 8, p. 61 – 78, 2012.
-



Third Internacional Conference
**AGRICULTURE AND FOOD
IN AN URBANIZING SOCIETY**

17 - 21 SEPTEMBER 2018 | PORTO ALEGRE | BRAZIL



- CROSSAN, J. *et al.* Contesting Neoliberal Urbanism in Glasgow's Community Gardens: The Practice of DIY Citizenship. **Antipode**. v. 00, n. 0, p. 1–19, 2016.
- CUMBERS, A. The work of community gardens: reclaiming place for community in the city. **Work, employment and society**, p. 1–17, 2017.
- FREIRE, A. L. O. O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, p. 11-32, 2010.
- HARVEY, D. The right to the city. In: HARVEY, D. **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution**. London, NY. Verso: 2008.
- JACOBI, P. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**. v.2 n.4, 1986.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa. Editora Ulisseia: 1972.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
- McCLINTOCK, N. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment**, v.19, n.2, 147–171, 2014.
- McCLINTOCK, N.; MIEWALD, C.; McCANN, E. The politics of urban agriculture: Sustainability, governance, and contestation. Forthcoming chapter In: JONAS, A; MILLER, B; WARD, K; WILSON, D. (Org.) **SAGE Handbook on Spaces of Urban Politics** (SAGE Publications), 2017.
- McCLINTOCK, N. Cultivating (a) sustainability capital: Urban agriculture, eco gentrification, and the uneven valorization of social reproduction. Forthcoming, **Annals of the American Association of Geographers 2018**. Special Issue: Social Justice in the City, 2018.
- McIVOR, D. W.; HALE, J. Urban agriculture and the prospects for deep democracy. **Agric Hum Values**. v. 32, p. 727–741, 2015.
- MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks and policy challenges. **International Workshop on Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**. Havana, Cuba, 1999.
- PROVÉ, C.; DESSEIN, J. KROM, M. Taking context into account in urban agriculture governance: Casestudies of Warsaw (Poland) and Ghent (Belgium). **Land Use Policy**, v.56, p. 16–26, 2016.
- PURCELL, M.; TYMAN, S. K. Cultivating food as a right to the city, **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, 2014.
- ROSOL, M. Community Volunteering as Neoliberal Strategy? Green Space Production in Berlin. **Antipode**. v. 44, n. 1, p. 239–257, 2012.
- SBICCA, J. The Need to Feed: Urban Metabolic Struggles of Actually Existing Radical Projects. **Critical Sociology**, v.40, n.6, 817–834, 2014.
- SMITH, N. ¿Ciudades después del neoliberalismo. In: SMITH, N. *et al.* (Org.), **Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico**. Barcelona: CCCB, 2009.
- TORNAGHI, C. Urban Agriculture in the Food- Disabling City: (Re)defining Urban Food Justice, Reimagining a Politics of Empowerment. **Antipode**, v.49, n.3, p. 781–801, 2017.
- VAN DER SCHANS, J. W., RENTING, H., VEENHUIZEN, R. Innovations in Urban Agriculture. **Urban Agriculture Magazine**. RUAF Foundation, 2014.
-